



ANÁLISE DO DISCURSO: PRÁTICAS DE ESCRITA E OU DE ESCRITURA¹

Ercilia Ana Cazarin²

INTRODUÇÃO - Partimos do pressuposto de que o modo de dizer não é indiferente aos sentidos e que “todo o discurso se instaura em um espaço de tensão entre a sistematicidade da língua, a historicidade e a interdiscursividade” (MALDIDIER, 1992). Neste texto, procuramos explicitar como o lugar social (posição-sujeito) em que estão inscritos aqueles que escrevem afeta o processo de escritura. Explico como estamos entendendo as noções de escrita e de escritura. A primeira está sendo tomada como o processo de legitimação e transcrição da língua, mais precisamente de uma variedade lingüística de prestígio que se apresenta como pretensamente hegemônica (GALO, 1992). Escritura está sendo concebida como gesto de interpretação do sujeito que, quando do processo de interpretação, e posterior (re)textualização, apresenta-se como responsável sobre aquilo que escreve. Um dos objetivos da pesquisa que sustenta este texto é compreender como a Análise do Discurso (AD) pode contribuir com práticas do cotidiano escolar, em especial, com a leitura e a produção textual. Levamos em conta a materialidade da língua, mas também o fato de que o sentido não é, por ela, predeterminado - o sentido é compreensível a partir das relações de força em jogo no processo sócio-histórico de uma formação discursiva (FD).

CORPUS E METODOLOGIA - Tendo como interesse refletir sobre o efeito de autoria no espaço escolar, a metodologia proposta para essa etapa da pesquisa foi a de apresentar, sem discussão prévia, uma mesma charge, a partir da qual o sujeito-leitor foi desafiado a escrever um texto, no fundo, a textualizar, de forma escrita, a leitura/interpretação do mesmo. A partir de como diferentes alunos, na produção de um texto escrito, discursivizam a leitura/interpretação da charge, o interesse foi o de refletir, na perspectiva da Análise do Discurso, sobre o efeito de autoria no espaço escolar. Ao solicitar aos alunos a escritura de um texto, estamos também solicitando a leitura/interpretação do mesmo. A diferença é que, no processo de escritura, o texto precisa ser “desconstruído” e (re)textualizado de forma a produzir um efeito texto com início, consistência, progressão, não-contradição e conclusão.

RESULTADOS E CONCLUSÃO - Na análise, examinamos vinte textos produzidos por uma turma de alunos do Ensino Médio. Nela foi possível compreender a regularidade existente entre enunciados, o que nos coloca, como escreveu Foucault (1972), diante de uma mesma formação discursiva (FD), de natureza heterogênea. Essa heterogeneidade pode ser apreendida pela existência de diferentes posições-sujeito no interior da FD - no caso em pauta, no mínimo, duas estão presentes. Sabendo que “um texto é uma peça de linguagem de um processo muito mais abrangente” (ORLANDI, op. cit.), entendemos que a emergência de enunciados é produto de gestos de interpretação que se efetivam na relação que o sujeito-autor estabelece com a memória social (memória discursiva). A proposta, então, é pensar a leitura e a escritura como processos distintos, mas de tal forma intrincados que nos levam a propor práticas estreitamente relacionadas entre tais processos. Em se aceitando isso, no âmbito da sala de aula, professor seria responsável pelo acompanhamento do aluno no sentido de explicitar a ele que, ao apresentar a singularidade de sua textualização, pode ou não produzir efeito de autoria. Entretanto, outras questões nos inquietam: avaliar e publicizar ao aluno que seu texto produziu



ENERGIA E ALIMENTOS

XVI Seminário de Iniciação Científica
XIII Jornada de Pesquisa
IX Jornada de Extensão

UNIJUI . 23 a 26 de setembro de 2008



ou não efeito de autoria seria função de quem? Do professor? Se sim, que implicações poderão advir a partir de tal procedimento?

Apoio: PIBIC/CNPq

¹ O texto é resultado de projeto institucional de pesquisa "Análise do discurso:práticas de escrita e/ou de escritura" que conta com bolsista do PIBIC/CNPq

² Professora da UNIJUI